



**Companhia de Entrepósitos e
Armazéns Gerais de São Paulo**

Av. Dr. Gastão Vidigal, 1946
05316-900 - Vila Leopoldina - São Paulo - SP
Telefone: (11) 3643 3700
ceagesp@ceagesp.gov.br - www.ceagesp.gov.br

COMPANHIA DE ENTREPÓSITOS E ARMAZÉNS GERAIS DE SÃO PAULO – CEAGESP

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

3º Trimestre/2021

Sumário

BALANÇO PATRIMONIAL	5
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	6
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	7
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	10
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS	11
1. OBJETO.....	11
2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	11
2.1. Declaração de conformidade e base de apresentação	11
2.2. Moeda funcional e de apresentação	12
3. PRINCIPAIS POLÍTICAS E PRÁTICAS CONTÁBEIS.....	12
4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	12
4.1. Caixa	12
4.2. Bancos Conta Movimento	13
4.3. Aplicações Financeiras.....	13
5. CLIENTES	13
5.1. Contas a Receber – Entropostagem	13
5.2. Valores em Cobrança.....	13
5.3. Contas a Receber – Armazenagem.....	13
5.4. Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	14
6. IMPOSTOS A RECUPERAR OU A COMPENSAR	14
7. ESTOQUES.....	15
8. OUTROS VALORES.....	15
8.1. Adiantamentos a Funcionários.....	15
8.2. Outros Créditos.....	15
8.3. Cauções para Garantias Diversas	15
9. DESPESAS ANTECIPADAS	15
9.1. IPTU	15
9.2. Prêmio de Seguros a Vencer.....	16
10. DEPÓSITOS JUDICIAIS – LONGO PRAZO.....	16
10.1. Causas Trabalhistas – Governo do Estado de São Paulo	16
10.2. Causas Trabalhistas – Terceiros.....	16

10.3. Causas Trabalhistas – CEAGESP	16
10.4. Causas Diversas – Cíveis	16
11. CONTAS A RECEBER DO GOVERNO ESTADO DE SÃO PAULO – LONGO PRAZO	17
11.1. Contas a Receber do Governo do Estado de São Paulo – Processos Encerrados	17
11.2. Contas a Receber do Governo do Estado de São Paulo – Processos em Andamento	17
12. OUTROS VALORES – LONGO PRAZO	17
12.1. Contas a Receber Clientes e Usuários	17
12.2. Realizáveis por Venda de Imóveis	17
12.3. PECLD	17
13. INVESTIMENTOS	18
14. IMOBILIZADO	18
15. INTANGÍVEL	20
16. FORNECEDORES	20
17. FÉRIAS E ENCARGOS A PAGAR	20
18. CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS A RECOLHER	21
19. OBRIGAÇÕES FISCAIS A RECOLHER	21
19.1. Programa de Parcelamento Incentivado/PMSP – PPI	21
19.1.1. Da Exclusão	21
19.2. Programa de Recuperação Fiscal – Refis	23
19.3. Impostos e Taxas Municipais	23
19.4. Taxa de Lixo	23
19.5. ICMS a Recolher	23
20. ENCARGOS A PAGAR	23
20.1. Processos Judiciais Trabalhistas	23
21. CONTAS A PAGAR	24
21.1. Convênio SEAP	24
21.2. Correntistas Credores	24
21.3. Contas a Pagar Diversos	24
21.4. Cauções e Retenções	24
22. EMPRÉSTIMOS A PAGAR	24
22.1. Garantia – Obrigação Especial – Cessão de Direitos Creditórios	24
22.2. Obrigação Especial – Reforço da Garantia	24
22.3. Encargos Financeiros	25
22.4. Comissão Flat	25
23. ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL	25

24. PROVISÕES JUDICIAIS	26
25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	27
25.1. Capital Social e Composição Acionária	27
25.2. Reserva Especial	27
25.3. Ajuste de Avaliação Patrimonial.....	27
25.4. Lucro do Exercício.....	27
26. RECEITAS, CUSTOS E DESPESAS	27
26.1. Receita Operacional Líquida	28
26.1.1. Permissão e Concessão Remunerada de Uso.....	28
26.1.2. Serviços Prestados na Armazenagem.....	29
26.1.3. Autorização de Uso.....	29
26.1.4. Receitas Diversas	29
26.1.5. Venda de Produtos	29
26.2. Custos dos Serviços Prestados e Produtos Vendidos	29
26.2.1. Custos com Pessoal e Honorários.....	30
26.2.2. Custos com Serviços de Terceiros	30
26.2.3. Custos com Materiais de Consumo	30
26.2.4. Custos com Utilidades e Serviços	30
26.2.5. Custos com Manutenção e Reparos.....	31
26.2.6. Gastos Diversos	31
26.3. Despesas Gerais e Administrativas.....	31
26.3.1. Despesas com Pessoal e Encargos.....	31
26.3.2. Despesas com Serviços de Terceiros	31
26.3.3. Despesas Gerais.....	32
26.3.4. Despesas com Materiais de Consumo.....	32
26.3.5. Despesas com Utilidades e Serviços.....	32
26.3.6. Despesas com Manutenção e Reparos.....	32
26.3.7. Provisão/Reversão de Provisões Judiciais	32
26.4. Outras Receitas Operacionais.....	32
26.4.1. Eventuais	33
26.5. Despesas Financeiras.....	33
26.5.1. Atualização Monetária	33
26.5.2. Juros Financeiros e Empréstimos, Comissões e Despesas Bancárias e IOF.....	33
26.6. Receitas Financeiras	33



26.6.1. Juros Recebidos e Multas	34
26.6.2. Receita sobre Aplicações Financeiras.....	34
26.6.3. Descontos Obtidos.....	34
27. EBITDA	34
28. REMUNERAÇÃO PAGA A ADMINISTRADORES	34
29. INTEGRAÇÃO DO BALANÇO CEAGESP AO DA UNIÃO – BGU	35
30. SEGURO.....	35
31. RESPONSABILIDADES SOBRE DEPÓSITOS EM GARANTIAS	35
32. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO	35
33. PARTES RELACIONADAS.....	36
33.1. Entidade Controladora	37
33.2. Funcionários Cedidos da CEAGESP para Outros Órgãos	37
33.3. Funcionários Cedidos de Outros Órgãos para a CEAGESP.....	37
34. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS	37
34.1 Gestão de Riscos.....	38
34.1.1. Risco de liquidez	38
35. EVENTOS SUBSEQUENTES	38
36. INCLUSÃO DA CEAGESP NO PND	38
37. IMPACTOS DA PANDEMIA DE COVID-19	39
38. DIRIGENTES E CONTADOR	41

BALANÇO PATRIMONIAL							
EM 30 DE SETEMBRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020							
(Em milhares de reais)							
	Nota	30.09.2021	31.12.2020		Nota	30.09.2021	31.12.2020
ATIVO				PASSIVO + Patrimônio líquido			
Ativo Circulante				Passivo Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	20.892	11.437	Fornecedores	16	4.563	4.043
Clientes	5	27.731	35.662	Férias e encargos a pagar	17	10.770	8.444
Impostos a recuperar ou a compensar	6	3.639	216	Contribuições sociais a recolher	18	3.359	3.614
Estoques	7	795	606	Obrigações fiscais a recolher	19	13.557	58.663
Outros valores	8	765	570	Encargos a pagar	20	3.130	2.561
Despesas antecipadas	9	1.470	728	Contas a pagar	21	3.223	3.558
Total do ativo circulante		55.292	49.219	Empréstimos a pagar	22	-	2.025
				Total do passivo circulante		38.602	82.908
Ativo não circulante				Passivo não circulante			
Realizável a longo prazo				Adiantamento para futuro aumento de capital			
Depósitos judiciais	10	35.931	34.221		23	1.521	1.481
Contas a receber	11	6.402	7.923	Obrigações fiscais a recolher	19	49.590	12.831
Outros valores	12	2.051	2.051	Provisões judiciais	24	10.691	30.390
Total do realizável a longo prazo		44.384	44.195	Total do passivo não circulante		61.802	44.702
Investimentos	13	242	251	Patrimônio líquido			
Imobilizado	14	195.799	200.558	Capital social	25	137.041	137.041
Intangível	15	223	287	Reservas de lucros	25.2	14.267	14.184
Total do ativo não circulante		240.648	245.291	Ajuste de avaliação patrimonial	25.3	15.248	15.675
				Lucros acumulados	25.4	28.980	-
				Total do patrimônio líquido		195.536	166.900
TOTAL DO ATIVO		295.940	294.510	TOTAL DO PASSIVO + PL		295.940	294.510

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O PERÍODO DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)					
	Nota	Trimestre Atual	Acumulado do Atual Exercício	Trimestre do Exercício Anterior	Acumulado do Exercício Anterior
		01.07.2021 a 30.09.2021	01.01.2021 a 30.09.2021	01.07.2020 a 30.09.2020	01.01.2020 a 30.09.2020
Receita operacional líquida	25.1	31.072	97.278	27.155	81.558
Custo dos serviços prestados e produtos vendidos	25.2	(19.123)	(42.177)	(11.236)	(35.699)
Lucro bruto		11.950	55.101	15.919	45.859
DESPESAS COM VENDAS, GERAIS, ADMINISTRATIVAS E OUTRAS DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS					
Com vendas			(16)		(8)
Gerais e administrativas	25.3	(11.313)	(23.927)	(13.707)	(41.950)
Honorários da administração		(231)	(772)	(190)	(656)
Outras despesas operacionais			(97)		(1)
Outras receitas operacionais	25.4	(398)	340	90	1.027
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS		8	30.630	2.112	4.271
Despesas financeiras	25.5	9.792	(22)	(3.104)	(13.124)
Receitas financeiras	25.6	866	2.505	1.349	2.609
RESULTADO FINANCEIRO		10.657	2.483	(1.755)	(10.515)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		10.665	33.112	357	(6.244)
Contribuição social	31	(681)	(1.279)	-	-
Imposto de renda	31	(1.803)	(3.281)	-	-
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		8.182	28.552	357	(6.244)
RESULTADO LÍQUIDO POR AÇÃO		0,24	0,83	0,01	(0,18)

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis intermediárias.



**Companhia de Entrepósitos e
Armazéns Gerais de São Paulo**

Av. Dr. Gastão Vidigal, 1946
05316-900 - Vila Leopoldina - São Paulo - SP
Telefone: (11) 3643 3700
ceagesp@ceagesp.gov.br - www.ceagesp.gov.br

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O PERÍODO DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)	Exercício Atual		Exercício Anterior	
	01.07.2021 a 30.09.2021	01.01.2021 a 30.09.2021	01.07.2020 a 30.09.2020	01.01.2020 a 30.09.2020
RESULTADO DO PERÍODO	8.182	28.552	357	(6.244)
(+) Itens não reclassificados para o resultado				
Realização da reserva de reavaliação	142	427	142	427
RESULTADO ABRANGENTE	8.324	28.979	499	(5.817)

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis intermediárias.



**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EM 30 DE SETEMBRO DE 2021 E 30 DE SETEMBRO DE 2020**

(Em milhares de reais)

	Capital Social Subscrito	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Reservas de Lucros			Lucros ou Prejuízos Acumulados	Total
			Reserva Legal	Reserva Especial	Reserva Estatutária		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	137.041	16.245	3.513	3.020	9.693	-	169.511
Realização da reserva de reavaliação	-	(427)	-	-	-	427	-
Resultado líquido do trimestre	-	-	-	-	-	(6.244)	(6.244)
Atualização da Reserva Especial	-	-	-	69	-	-	69
SALDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2020	137.041	15.817	3.513	3.089	9.693	(5.817)	163.337
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	137.041	15.675	3.513	3.098	7.572	-	166.900
Realização da reserva de reavaliação	-	(427)	-	-	-	427	-
Resultado líquido do trimestre	-	-	-	-	-	28.552	28.552
Atualização da reserva especial	-	-	-	84	-	-	84
SALDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021	137.041	15.248	3.513	3.182	7.572	28.980	195.536

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA MÉTODO INDIRETO		
PARA O PERÍODO DE NOVE MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2021 E 2020		
(Em milhares de reais)		
	30.09.2021	30.09.2020
Atividades operacionais		
Resultado ajustado		
Resultado líquido do trimestre	28.552	-6.244
Depreciação e amortização	5.286	5.461
Resultado líquido da alienação de imobilizado	-113	98
Despesas com provisões judiciais	-19.697	3.451
Variação monetária líquida	653	257
(Aumento) Redução dos ativos operacionais		
Contas a receber – processos trabalhistas	-1.710	-1.421
Contas a receber – clientes	7.931	-16.501
Estoques	-189	278
Impostos a recuperar	-3.424	-54
Despesas antecipadas	-743	-4.406
Outros créditos	1.327	2.158
Aumento (Redução) dos passivos operacionais		
Contas correntes credores	-8	2.549
Fornecedores	520	-11.621
Impostos, encargos e contribuições a recolher	4.645	4.352
Obrigações fiscais a recolher	-13.332	24.692
Contas a pagar	-244	143
Férias e encargos a pagar	2.326	4.494
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	11.781	7.686
Atividades de investimentos		
Imobilizado		
Aquisição de imobilizado	-340	-159
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos	-340	-159
Atividades de financiamentos		
Variação monetária sobre adiantamento para futuro aumento de capital	40	34
Empréstimos obtidos	-	4.000
Pagamento de empréstimos	-2.050	-5.246
Juros pagos sobre empréstimos	24	242
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	-1.986	-970
Aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa	9.455	6.557
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	11.437	3.703
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	20.892	10.261
Variação de caixa e equivalentes de caixa	9.455	6.557

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA O PERÍODO DE NOVE MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)		
	30.09.2021	30.09.2020
1 Receitas	107.970	97.364
1.1 Receitas operacionais	114.152	97.671
1.2 Perda / reversão de crédito de liquidação duvidosa	(6.522)	(861)
1.3 Outras receitas operacionais	340	555
2 Insumos adquiridos de terceiros	(11.920)	(18.044)
2.1 Energia, serviços adquiridos de terceiros, água e outros	(22.896)	(16.431)
2.2 Materiais e manutenções	(4.525)	(2.530)
2.3 Propaganda e publicidade	(28)	(10)
2.4 Utilidades e serviços	(2.647)	(1.799)
2.5 Provisões diversas	18.176	(7.759)
3 Valor adicionado bruto (1 - 2)	96.050	68.836
4 Retenções	(5.286)	(5.461)
4.1 Depreciação e amortização	(5.286)	(5.461)
5 Valor adicionado líquido produzido pela Companhia (3 - 4)	90.764	63.374
6 Valor adicionado recebido em transferência	2.505	3.081
6.1 Receitas financeiras	2.505	2.609
6.2 Dividendos recebidos	-	472
Valor adicionado total a distribuir (5+6)	93.269	66.455
Distribuição do valor adicionado	93.269	66.455
7 Remuneração do trabalho	36.192	30.075
7.1 Salários, honorários e benefícios	30.050	26.674
7.2 FGTS	6.142	3.401
8 Remuneração do governo	28.502	29.500
8.1 Federais (IRPJ/CSLL)	4.560	-
8.2 INSS	11.484	11.610
8.3 PIS/COFINS sobre vendas	14.798	14.320
8.4 Impostos, taxas e contribuições	(2.339)	3.570
9 Remuneração de capital de terceiros	22	13.124
9.1 Juros, multas e atualizações monetárias	22	13.124
10 Remuneração de capitais próprios	28.552	(6.244)
10.1 (Prejuízo) / lucro	28.552	(6.244)

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis intermediárias.



**Companhia de Entrepósitos e
Armazéns Gerais de São Paulo**

Av. Dr. Gastão Vidigal, 1946
05316-900 - Vila Leopoldina - São Paulo - SP
Telefone: (11) 3643 3700
ceagesp@ceagesp.gov.br - www.ceagesp.gov.br

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

1. OBJETO

A Companhia é uma empresa pública federal, sob a forma de sociedade anônima, com sede, administração e foro localizados na Avenida Doutor Gastão Vidigal nº 1.946, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e vinculada ao Ministério da Economia, regida pela legislação a ela aplicável e pelo seu Estatuto Social. O Decreto nº 10.041, de 3 de outubro de 2019, publicado no dia 4 de outubro de 2019, transferiu a vinculação da CEAGESP, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, para o Ministério da Economia.

Opera no âmbito do sistema estadual de abastecimento de produtos do agronegócio, atuando na guarda e conservação de mercadorias de terceiros em armazéns, silos e frigoríficos e na instalação de entrepostos para, sob sua administração, permitir o uso remunerado de seus espaços para a comercialização destes produtos por terceiros. Presta serviços de pulverização e controle de pragas agrícolas. Permite também o uso remunerado de áreas sem exploração comercial nas unidades operacionais a terceiros, para finalidades diversas.

Executa, ainda, serviços complementares de estudos e pesquisas para subsidiar o estabelecimento de padrões oficiais de classificação, rotulagem e embalagens de produtos agropecuários do agronegócio, mantendo serviços de informação de mercado, de classificação e certificação de produtos vegetais, seus subprodutos e resíduos de valor econômico. Para tanto, qualifica pessoal para atuar na área do abastecimento alimentar e agronegócio.

Opera a sala de vendas públicas, na forma prevista no artigo 28 do Decreto nº 1.102, de 21 de novembro de 1903.

Comercializa produtos e subprodutos, observando a legislação vigente.

Em 2 de janeiro de 1998 ocorreu a transferência das ações da Companhia para a União, até então de propriedade do Estado de São Paulo, através do contrato de Assunção da Dívida firmado ao amparo da Lei Federal nº 9.496, de 11 de setembro de 1997.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis intermediárias foram aprovadas pela Diretoria Executiva da Companhia em 19 de novembro de 2021 e serão divulgadas após autorização do Conselho de Administração.

2.1. Declaração de conformidade e base de apresentação

As demonstrações contábeis da Companhia compreendem as demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, (IFRS e BR GAAP).



**Companhia de Entrepósitos e
Armazéns Gerais de São Paulo**

Av. Dr. Gastão Vidigal, 1946
05316-900 - Vila Leopoldina - São Paulo - SP
Telefone: (11) 3643 3700
ceagesp@ceagesp.gov.br - www.ceagesp.gov.br

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e correlacionadas com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRSs") emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB. Todas as informações relevantes utilizadas pela Administração na gestão da Companhia estão evidenciadas nestas demonstrações contábeis.

As informações de notas explicativas que não tiveram alterações significativas em comparação a 31 de dezembro de 2020 não foram apresentadas integralmente nestas informações trimestrais.

As informações relevantes próprias das demonstrações contábeis intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional e de apresentação utilizada nas demonstrações contábeis trimestrais da Companhia é o Real (R\$) e estão expressas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS E PRÁTICAS CONTÁBEIS

As informações trimestrais foram preparadas com a adoção de práticas contábeis consistentes com aquelas utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis encerradas para 31 de dezembro de 2020, publicadas em março de 2021, portanto, estas informações trimestrais devem ser lidas em conjunto com as demonstrações contábeis anuais.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	30.09.2021	31.12.2020
Caixa	31	27
Bancos Conta Movimento	1.058	6.405
Aplicações Financeiras	19.803	5.005
	20.892	11.437

4.1. Caixa

Refere-se ao fundo fixo, recurso disponibilizado através de cartão de débito para pagamento de pequenas despesas da Matriz e Unidades Operacionais.



4.2. Bancos Conta Movimento

Correspondem aos saldos em contas correntes mantidas com as instituições financeiras: Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Santander.

4.3. Aplicações Financeiras

Os saldos das aplicações financeiras contemplam os rendimentos financeiros em Fundos de Investimento de curto prazo de liquidez imediata e de baixo risco, auferidos e reconhecidos *pro rata* até a data do balanço, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

No mês de dezembro de 2020 foi aplicado o valor de R\$ 5 milhões em renda fixa no Banco do Brasil, em cotas do fundo de investimento que atende entes da Administração direta e indireta das esferas federal, estadual e municipal, proporcionando a valorização das cotas mediante aplicação de seus recursos em ativos financeiros e/ou modalidades operacionais disponíveis no âmbito do mercado financeiro.

5. CLIENTES

	30.09.2021	31.12.2020
Contas a Receber – Entrepостagem	23.794	32.830
Valores em Cobrança	4.842	3.572
Contas a Receber – Armazenagem	4.696	3.888
(-) Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD	(5.601)	(4.628)
	27.731	35.662

Os créditos a receber são decorrentes da prestação de serviços e estão registrados pelo valor original, deduzidos da PECLD.

5.1. Contas a Receber – Entrepостagem

Nesta conta são registrados os valores a receber da principal fonte de receita da Companhia. A rede de entrepostos é composta por 12 Unidades no interior, 1 na Capital, 4 Unidades frigoríficas e 1 fábrica de gelo que se encontra em inatividade desde janeiro de 2017. A fábrica de gelo, por encontrar-se fora de operação, não produz receita. A redução de R\$ 9,036 milhões registrada nesta nomenclatura está relacionada à diminuição do índice de inadimplência e na quitação dos parcelamentos formalizados, consequência da pandemia do Coronavírus e da enchente que ocorreu no mês de fevereiro de 2020 no Entrepосто Terminal de São Paulo – ETSP.

5.2. Valores em Cobrança

São débitos vencidos relativos a permissões, autorizações ou concessões canceladas ou de clientes/depositantes da rede armazenadora, que se encontram em análise de abertura de processo judicial. Houve um aumento de R\$ 1,270 milhão, principalmente de um cliente da rede armazenadora, que não efetuou o pagamento no montante de R\$ 1,035 milhão que equivale a 81,5% do total.

5.3. Contas a Receber – Armazenagem

Consiste em valores a receber de clientes da rede armazenadora, composta por 33 Unidades,



14 ativas, 14 cedidas e 5 inativas, em 30 de setembro de 2021. As inativas não produzem receitas. Houve aumento de R\$ 808 mil em relação a 31 de dezembro de 2020 e está relacionado ao aumento do faturamento decorrente da captação de novos clientes, bom índice de ocupação e aumento dos serviços de processamento.

5.4. Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa

A Companhia adota como política as perdas estimadas das parcelas com vencimentos superiores a 180 dias. Na atividade de entrepostagem é considerado o total dos valores vencidos, enquanto na armazenagem é considerado o montante do valor complementar, no caso da mercadoria estocada ser insuficiente para a garantia do débito. Houve um aumento de R\$ 973 mil em relação a 31 de dezembro de 2020, com diminuição na Entrepostagem de R\$ 423 mil, e, aumento de Cobranças Judiciais em Análise em R\$ 1,270 milhão, principalmente de um cliente da rede armazenadora que não efetuou o pagamento no montante de R\$ 1,035 milhão que equivale a 81,5% do total.

Movimentação da conta

	SALDO ANTERIOR EM 31.12.2020	ENTRADA	SAÍDA	SALDO
Cobranças no Jurídico em Análise	(3.574)	(4.217)	2.948	(4.843)
Contas a Receber Cliente Armazéns	(61)	(35)	45	(51)
CEASAS, Frigoríficos e E.T.S.P	(714)	(549)	692	(571)
Usuários – Parcelados	(278)	(409)	552	(135)
Usuários – Parcelados – Proc. SINCAESP	(1)	-	1	-
Total de constituição em 30.09.2021	(4.628)	(5.212)	4.239	(5.601)

6. IMPOSTOS A RECUPERAR OU A COMPENSAR

	<u>30.09.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
IRPJ – Recolhido por Estimativa	2.440	-
CSLL – Recolhida por Estimativa	983	-
IR a Compensar	117	117
IR Retido na Fonte	74	74
CSLL a Compensar	25	25
	<u>3.639</u>	<u>216</u>

IR e CSLL a compensar e IR retido na fonte correspondem às retenções obrigatórias realizadas por clientes.

Os valores de IRPJ e CSLL recolhidos por estimativa referem-se a recolhimentos antecipados mensais sobre o lucro real anual. Ao final do exercício é realizado o encontro de contas entre o



saldo a recolher ou a compensar e o saldo é zerado, transferindo para a conta de IRPJ e CSLL a recolher ou para conta de saldo negativo a compensar.

7. ESTOQUES

	<u>30.09.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Almoxarifado	792	599
Estoques de Vendas	3	7
	<u>795</u>	<u>606</u>

O almoxarifado é composto por insumos necessários à sua operação e manutenção, sendo transacionados pelo custo médio ponderado.

8. OUTROS VALORES

	<u>30.09.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Adiantamentos a Funcionários	716	516
Outros Créditos	31	37
Cauções para Garantias Diversas	17	17
	<u>764</u>	<u>570</u>

8.1. Adiantamentos a Funcionários

São registrados adiantamentos de férias, salários, 13º salário e custeio para viagens.

8.2. Outros Créditos

Valor a receber de funcionários, referente a desconto de benefícios diversos, principalmente por ocasião de afastamento e por não possuir saldo em conta de salário a descontar naquele momento, para ser descontado em folha de pagamento futura ou restituição dos valores pelo funcionário que são depositados em conta corrente da CEAGESP.

8.3. Cauções para Garantias Diversas

Valor a recuperar referente garantia contratual.

9. DESPESAS ANTECIPADAS

	<u>30.09.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
IPTU	1.458	-
Prêmios de Seguros a Vencer	12	728
	<u>1.470</u>	<u>728</u>

9.1. IPTU

Foram registrados os valores pagos no período.

9.2. Prêmio de Seguros a Vencer

São registradas das parcelas do rateio de seguros relativos a bens móveis, imóveis, equipamentos, instalações, mercadorias de terceiros e de responsabilidade civil, conforme nota explicativa nº 29.

10. DEPÓSITOS JUDICIAIS – LONGO PRAZO

Movimentação do Período

	31.12.2020	Adições	Reversões ao reclamante	30.09.2021
Causas Trabalhistas – Governo do Estado de São Paulo (Ressarcimento)	30.640	2.227	-	32.867
Causas Trabalhistas – Terceiros	2.148	109	(593)	1.664
Causas Trabalhistas – CEAGESP	987	35	(85)	937
Causas Diversas – Cíveis	446	18	-	464
	34.221	2.389	(678)	35.932

10.1. Causas Trabalhistas – Governo do Estado de São Paulo

Compreendem os valores desembolsados referentes às antecipações de ações de licença prêmio, pensão e complementação de aposentadoria de ex-funcionários, aguardando ressarcimento do Governo do Estado de São Paulo que é responsável pelo reembolso destes valores, de acordo com o Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Promessa de Venda e Compra de Ações do Capital Social da CEAGESP, estabelecido pelo artigo 8º da Lei Estadual nº 8.794, de 19 de abril de 1994 (“Complementações”).

10.2. Causas Trabalhistas – Terceiros

Nesta rubrica são contabilizados os pagamentos de ações nas quais a CEAGESP possui responsabilidade subsidiária. São processos de funcionários de empresas prestadoras de serviços terceirizados; permanecem registrados nesta conta até o trânsito em julgado dos processos.

10.3. Causas Trabalhistas – CEAGESP

São contabilizados valores desembolsados e classificados como recuperáveis, de processos trabalhistas de responsabilidade da CEAGESP. Tais valores permanecem registrados nesta conta até o trânsito em julgado dos processos.

10.4. Causas Diversas – Cíveis

São registrados depósitos judiciais como garantia, classificados como recuperáveis até o trânsito em julgado dos processos e baixados conforme parecer jurídico.

11. CONTAS A RECEBER DO GOVERNO ESTADO DE SÃO PAULO – LONGO PRAZO

	<u>30.09.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Contas a Receber do Governo Estado de São Paulo – Processos Encerrados	4.939	4.938
Contas a Receber do Governo Estado de São Paulo – Processos em Andamento	1.463	2.985
	<u>6.402</u>	<u>7.923</u>

11.1. Contas a Receber do Governo do Estado de São Paulo – Processos Encerrados

São registrados valores pagos ao Governo do Estado de São Paulo, conforme nota explicativa nº 10.1.

11.2. Contas a Receber do Governo do Estado de São Paulo – Processos em Andamento

Contemplam valores classificados como recebíveis de acordo com classificação jurídica. A contrapartida do lançamento é a conta do passivo não circulante denominada “Provisões judiciais – Trabalhistas – Governo do Estado de São Paulo” demonstrada na nota explicativa nº 23.

12. OUTROS VALORES – LONGO PRAZO

	<u>30.09.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Contas a Receber Clientes e Usuários	34.075	28.577
Realizáveis por Venda de Imóveis	2.051	2.051
(-) PECLD	(34.075)	(28.577)
	<u>2.051</u>	<u>2.051</u>

12.1. Contas a Receber Clientes e Usuários

Valores inadimplidos pelos ex-permissionários/autorizatários/clientes e outros devedores da Companhia que encontram-se atualmente em processos de cobranças judiciais.

12.2. Realizáveis por Venda de Imóveis

Estão registrados os valores a receber de Prefeituras Municipais. Eventuais inadimplências são demandadas judicial ou administrativamente e conduzidas negociações para a sua liquidação. Não há constituição de PECLD, pois o bem é garantia real para a Companhia.

12.3. PECLD

A constituição das perdas estimadas foi comentada na nota explicativa nº 5.4.

DEMONSTRAÇÃO PECLD – LONGO PRAZO

PROVISÃO – COBRANÇAS NO JURÍDICO COM AÇÃO - SALDO EM 31.12.2020	(28.577)	(5.685)	215	(34.048)
Total de constituição em 30.09.2021				(34.048)

13. INVESTIMENTOS

	30.09.2021	31.12.2020
Participação Voluntária Permanente	238	238
Participação Voluntária Semipermanente	4	4
Participação decorrente de Incentivos Fiscais	-	9
	242	251

A Companhia possui 6.197.058 ações ordinárias nominativas e não controladoras da Companhia de Seguros do Estado de São Paulo – Cosesp, entre outras, registradas em seu Balanço pelo custo de aquisição. Por determinação do Decreto nº 1.068, de 2 de março de 1994, os investimentos da Companhia estão depositados no Fundo Nacional de Desestatização – FND, sendo acompanhados pelo gestor Banco Nacional de Desenvolvimento Social – BNDES.

O saldo da Participação decorrente de Incentivos Fiscais foi lançado para o resultado em decorrência da liquidação e extinção da Companhia de Desenvolvimento Agrícola de São Paulo – CODASP, conforme Assembleia Geral Extraordinária ocorrida em 13 de novembro de 2020.

14. IMOBILIZADO

	30.09.2021			31.12.2020	
	Custo	Taxa (%)	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Imóveis	303.155	2	(207.967)	95.188	98.717
Terrenos	72.193	-	-	72.193	72.193
Equipamentos e Instalações	36.143	6,67	(24.225)	11.918	12.684
Obras em Andamento	8.779	-	-	8.779	8.779
Obras Elétricas	15.193	6,67	(11.015)	4.178	4.520
Bens Cedidos em Comodato	1.482	-	-	1.482	1.482
Equipamentos de Informática	5.026	14,79	(4.055)	971	1.130
Móveis e Utensílios	2.359	11,11	(1.943)	416	392
Benfeitorias em Bens de Terceiros	2.634	2	(2.324)	310	343
Obras Hidráulicas	4.323	6,67	(4.043)	280	316
Veículos	602	10	(518)	84	2
	451.889	-	(256.090)	195.799	200.558

A Companhia possui Unidades em municípios do Estado de São Paulo assim identificadas:

- 32 Unidades Armazenadoras Operacionais.
- 01 Unidade Frigorífica Armazenadora Polivalente.
- 01 Unidade de Entrepóstagem na Capital.
- 04 Unidades Frigoríficas e Fábrica de Gelo.
- 12 Unidades de Entrepóstagem no Interior (Ceasas).
- 04 Terrenos.

Parte das Unidades operacionais estão instaladas em terrenos doados por órgãos públicos e registradas pelo valor constante da documentação legal.

Os itens do imobilizado são registrados pelo custo de aquisição. No exercício de 1986, a Companhia reavaliou todos os itens das contas de edificações localizados em Unidades operacionais ativas, efetuada com base na Lei nº 6.404/76, vide nota explicativa nº 25.3. A Companhia reavaliou os bens, facultado pela Deliberação CVM nº 27, de 5 de fevereiro de 1986.

A partir do exercício de 2016, o cálculo da depreciação passou a ser realizado de acordo com a vida útil estimada dos bens, tendo como base a avaliação dos bens realizada por empresa contratada.

MOVIMENTAÇÃO DO PERÍODO (CUSTO DE AQUISIÇÃO)

	31.12.2020	Adições	Baixas	Depreciação	30.09.2021
Imóveis	98.717	-	-	(3.529)	95.188
Terrenos	72.193	-	-	-	72.193
Equipamentos e Instalações	12.685	255	(89)	(933)	11.918
Obras em Andamento	8.779	-	-	-	8.779
Obras Elétricas	4.520	-	-	(342)	4.178
Equipamentos de Informática	1.130	4	-	(162)	972
Móveis e Utensílios	392	145	-	(121)	416
Benfeitorias em Bens de Terceiros	343	-	-	(33)	310
Obras Hidráulicas	315	-	-	(36)	279
Veículos	2	84	-	(2)	84
Bens de Terceiro em Nosso Poder					
Imóveis	1.207	-	-	-	1.207
Equipamentos e Instalações	161	-	-	-	161
Móveis e Utensílios	114	-	-	-	114
	200.558	488	(89)	(5.158)	195.799

15. INTANGÍVEL

	30.09.2021			31.12.2020	
	Custo	Taxa (%)	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Direitos de Uso de Software	4.834	20	(4.611)	223	287
Marcas e Patentes	37	14,79	(37)	-	-
	4.871	-	(4.648)	223	287

MOVIMENTAÇÃO DO PERÍODO (CUSTO DE AQUISIÇÃO)

	31.12.2020	Adições	Amortização	30.09.2021
Direitos de Uso de Software	287	64	(128)	223
	287	64	(128)	223

16. FORNECEDORES

	30.09.2021	31.12.2020
Fornecedores	4.524	3.618
Conta-Depósito Vinculada	39	425
	4.563	4.043

O grupo da conta de Fornecedores é composto pelas contas Fornecedores e Conta-Depósito Vinculada. A conta de Fornecedores apresentou saldo em aberto de R\$ 4,524 milhões com uma variação de R\$ 906 mil em relação a dezembro de 2020, referente à renovação da contratação de Seguros de Riscos Nomeados e responsabilidade Civil, e, também, à repactuação de contratos para os serviços de portaria, segurança e limpeza. Já a Conta-Depósito Vinculada apresentou saldo em aberto de R\$ 39 mil com uma variação a menor de R\$ 386 mil em relação a 2020, refere-se aos descontos dos fornecedores cujos depósitos foram disponibilizados, no Banco do Brasil, para garantia dos direitos trabalhistas dos funcionários terceirizados.

17. FÉRIAS E ENCARGOS A PAGAR

	30.09.2021	31.12.2020
Férias e Gratificações	5.532	6.229
INSS e FGTS a Pagar	2.965	2.215
13º Salário a Pagar	2.273	-
	10.770	8.444

As obrigações referentes a direitos trabalhistas são constituídas com base na folha de pagamento da Companhia.

18. CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS A RECOLHER

	<u>30.09.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
INSS – Empresa – Empregados	1.533	1.461
Cofins a Recolher	814	938
INSS – Lei nº 9.711/98 e OS nº 203/99	422	567
FGTS – Empresa	414	445
Pasep a Recolher	176	203
	<u>3.359</u>	<u>3.614</u>

Correspondem às obrigações relativas às contribuições patronais, bem como às obrigações tributárias relativas a Pasep e Cofins sobre o faturamento.

19. OBRIGAÇÕES FISCAIS A RECOLHER

	<u>30.09.2021</u>		<u>31.12.2020</u>	
	<u>Curto prazo</u>	<u>Longo prazo</u>	<u>Curto prazo</u>	<u>Longo prazo</u>
Programa de Parcelamento Incentivado/PMSP – PPI	5.205	46.935	-	-
IRPJ e CSLL a Recolher	4.560	-	229	-
Programa Recuperação Fiscal – Refis	1.327	2.655	1.303	3.621
Impostos Retidos – Lei nº 10.833/03	1.143	-	1.173	-
Imposto de Renda – Fonte – Empregados	1.048	-	1.288	-
ISS de Terceiros	170	-	211	-
ISS – Empresa	83	-	61	-
Impostos e Taxas Municipais	21	-	52.980	-
ICMS a Recolher	-	-	19	-
Taxa de Lixo	-	-	1.399	9.210
	<u>13.557</u>	<u>49.590</u>	<u>58.663</u>	<u>12.831</u>

Correspondem às retenções tributárias e outras obrigações.

19.1. Programa de Parcelamento Incentivado/PMSP – PPI

Refere-se a débitos de IPTU devidos à Prefeitura do Município de São Paulo, nos exercícios de 2019 e 2020 e atualizados até a data destas demonstrações, com prazo de 120 parcelas, corrigidas pela taxa Selic, com término previsto para 31 de agosto de 2031.

19.1.1. Da Exclusão

A Prefeitura de São Paulo através do DECRETO nº 60.357 de 1 de julho de 2021, Capítulo VII, Art. 16, Inciso I, §2º, que regulamenta o Programa de Parcelamento Incentivado de 2021 – PPI

2021, a saber:

II - estar inadimplente por mais de 90 (noventa) dias com o pagamento de 3 (três) parcelas, consecutivas ou não, observado o disposto no § 1º deste artigo;

III - estar inadimplente há mais de 90 (noventa) dias com o pagamento de qualquer parcela, contados a partir do primeiro dia útil após a data de vencimento da última parcela, observado o disposto no § 1º deste artigo;

IV - estar inadimplente há mais de 90 (noventa) dias com o pagamento de eventual saldo residual do parcelamento, contados a partir do primeiro dia útil após a data de vencimento desse saldo, observado o disposto no § 1º deste artigo;

§ 1º Ocorrendo as hipóteses previstas nos incisos II, III ou IV do “caput” deste artigo, o sujeito passivo não será excluído do PPI 2021 se o saldo devedor remanescente for integralmente pago até o último dia útil do mês subsequente à ocorrência de qualquer dessas hipóteses.

§ 2º A exclusão do PPI 2021 implicará a perda de todos os benefícios legais regulamentados neste decreto, acarretando a exigibilidade dos débitos originais, com os acréscimos previstos na legislação municipal, descontados os valores pagos, e a imediata inscrição dos valores remanescentes na Dívida Ativa, ajuizamento ou prosseguimento da execução fiscal, efetivação do protesto extrajudicial do título executivo e adoção de todas as demais medidas legais de cobrança do crédito colocadas à disposição do Município credor.

COMPOSIÇÃO

DEMONSTRATIVO DOS DEBITOS IPTUS PARA FINS DE ADESÃO DE PPI2021 CFE DECRETO 60.357 DE 01/07/2021													
Nº SQL:	POSIÇÃO DEBITOS							BENEFICIOS		ADESÃO	PAGA- MENTOS	CORRE- ÇÃO	SALDO
	VALOR PRINC.	AT. MONET.	MULTA	JUROS	HONOR.	CUSTA ESTADO	TOTAL DÉBITOS	MULTA	JUROS/HONOR.	TOTAL			
IPTU 097.127.0001-1	35.054	3.412	7.693	10.250	5.641	195	62.245	(3.847)	(6.150)	52.248	(625)	517	52.140
IPTU 097.037.0001-2	223	19	49	53	0	2	346	(36)	(45)	265		-	-
IPTU 097.043.0001-8	175	14	38	42	27	2	298	(28)	(36)	234		-	-
IPTU 097.053.0006-2	46	4	10	11	6	1	78	(8)	(9)	61		-	-
IPTU 097.127.0002-1	871	74	189	204	-	9	1.347	(141)	(174)	1.032	(4.891)	-	-
IPTU 097.127.0003-8	1.608	152	352	453	257	19	2.841	(264)	(386)	2.191		-	-
IPTU 097.127.0004-6	518	49	113	146	83	6	915	(85)	(124)	706		-	-
IPTU 097.127.0005-4	299	26	65	78	47	3	518	(49)	(67)	402		-	-
	38.794	3.750	8.509	11.237	6.061	237	68.588	(4.458)	(6.991)	57.139	(5.516)	517	52.140

MOVIMENTAÇÃO DO PERÍODO

	Adesão	Baixas	Atualização	30.09.2021
Programa de Parcelamento Incentivado/PMSP – PPI	57.139	(5.516)	517	52.140

19.2. Programa de Recuperação Fiscal – Refis

Equivale a débitos de Pasep, Cofins, IRPJ e CSLL devidos à Receita Federal do Brasil – RFB anteriores ao exercício de 2008. O débito total é de R\$ 3,982 milhões, dividido em 180 parcelas, corrigidas mensalmente pela taxa selic, com término do parcelamento previsto para 28/09/2024.

19.3. Impostos e Taxas Municipais

Corresponde ao parcelamento do IPTU da unidade Ceasa de Piracicaba.

19.4. Taxa de Lixo

O total devido de R\$ 10,976 milhões foi quitado antecipadamente em junho de 2021, houve economia de R\$ 7 milhões referente encargos futuros, aprovado em Reunião de Diretoria nº 025, de 18.06.2021. Resultado da ação de execução, objeto dos autos nº 0103825-88.2006.8.26.0053, em trâmite na 9ª Vara da Fazenda Pública, movida pela Prefeitura do Município de São Paulo relativa a diferenças tarifárias do contrato de serviço de deposição de lixo nos aterros sanitários, referentes ao exercício de 2001.

19.5. ICMS a Recolher

Contempla o parcelamento em 36 meses, do Auto de Infração e Imposição de Multa – AIIM da Unidade de Tupã, nº 4.099.586 emitido pela Secretaria da Fazenda do Governo do Estado de São Paulo, com pagamento da primeira parcela em agosto de 2018 e término em julho de 2021.

20. ENCARGOS A PAGAR

	30.09.2021	31.12.2020
Ordenados a Pagar	2.154	1.956
Processos Judiciais Trabalhistas	976	605
	3.130	2.561

20.1. Processos Judiciais Trabalhistas

Correspondem a parcelamentos de processos judiciais realizados pela Companhia, decorrentes de processos trabalhistas movidos por ex-funcionários e de empregados de serviços terceirizados nas quais a CEAGESP possui responsabilidade subsidiária.



21. CONTAS A PAGAR

	<u>30.09.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Convênio SEAP	1.482	1.482
Correntistas Credores	1.121	1.129
Contas a Pagar Diversos	550	887
Cauções e Retenções	70	60
	<u>3.223</u>	<u>3.558</u>

21.1. Convênio SEAP

Este convênio foi realizado entre a CEAGESP e a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca – SEAP, com investimentos na área industrial do Pescado do ETSP, no programa de modernização do setor. Esta etapa foi concluída e inaugurada em 2008.

21.2. Correntistas Credores

Nesta nomenclatura são registrados valores levantados judicialmente em processos de desapropriação de área e créditos de clientes. Neste último caso, trata-se de clientes que efetuaram o pagamento dos boletos em duplicidade ou a maior e restou um crédito a ser devolvido posteriormente.

21.3. Contas a Pagar Diversos

Estão registrados valores de glosas de processos trabalhistas, honorários advocatícios de sucumbência, convênio com instituições financeiras referente a empréstimos consignados, pensão alimentícia, entre outros.

21.4. Cauções e Retenções

Correspondem aos valores recebidos como garantias de contratos para assegurar prejuízos advindos de não cumprimento do objeto do contrato, não adimplemento de obrigações previstas, prejuízos causados à Administração ou a terceiros, multas punitivas, dentre outros.

22. EMPRÉSTIMOS A PAGAR

	<u>30.09.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Empréstimos	-	<u>2.025</u>

Os recursos foram captados junto ao Banco do Brasil, no valor de R\$ 4 milhões no mês de março de 2020 exclusivamente para reforço do capital de giro com prestações mensais e consecutivas estipuladas no valor de R\$ 333 mil, a quitação ocorreu em junho de 2021.

22.1. Garantia – Obrigação Especial – Cessão de Direitos Creditórios

Trata-se de registro em cobrança, na proporção mínima de 120% dos valores a receber a título de prestação de serviços ou vendas, vencíveis até o prazo de 180 dias.

22.2. Obrigação Especial – Reforço da Garantia

Caso a garantia reduza em nível inferior aos 120% do valor do saldo devedor da dívida, a



**Companhia de Entrepósitos e
Armazéns Gerais de São Paulo**

Av. Dr. Gastão Vidigal, 1946
05316-900 - Vila Leopoldina - São Paulo - SP
Telefone: (11) 3643 3700
ceagesp@ceagesp.gov.br - www.ceagesp.gov.br

CEAGESP ficou obrigada a restabelecer o nível, em até 5 dias, sob pena de vencimento antecipado da dívida.

22.3. Encargos Financeiros

Sobre o valor do empréstimo e as quantias devidas a título de acessórios, taxas e despesas incidem encargos financeiros de 198% da taxa média dos Certificados de Depósitos Interbancários – CDI, divulgada pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos – CETIP. Os encargos financeiros foram calculados por dias úteis e debitados na conta vinculada do empréstimo a cada data-base, no vencimento e na liquidação da dívida e foram pagos integralmente. Ficou a cargo da CEAGESP o pagamento do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros – IOF, bem como por outros tributos que venham a ser instituídos e tornados exigíveis.

22.4. Comissão Flat

Além dos encargos financeiros, a CEAGESP pagou a comissão flat na data da liberação do crédito, no percentual de 1,35%.

23. ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL

Em 17.06.2010 foi publicado Decreto Presidencial, autorizando o aumento de capital social da CEAGESP no montante de R\$ 11.398.361,00, mediante capitalização com recursos do Orçamento Fiscal da União, proveniente de ressarcimento do primeiro lote de processos trabalhistas de responsabilidade do Governo de São Paulo, na forma da Lei nº 12.174, de 29 de dezembro de 2009.

Ainda segundo o Decreto, a efetivação do aumento de capital social ocorreria por meio de Assembleia Geral de Acionistas e os recursos recebidos deveriam ser atualizados pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação de Custódia – SELIC e capitalizados até 30.07.2011.

Os recursos foram recebidos em 31.10.2010, a Assembleia Geral Extraordinária ocorreu no dia 22 de julho de 2011 e foi deliberado:

- a) Homologação do aumento de capital social decorrente de crédito extraordinário da União, aprovado na assembleia geral extraordinária realizada em 29 de abril de 2011, passando o capital social de R\$ 180.161.942,78 para R\$ 191.942.793,24, composto por 34.403.576 ações ordinárias;
- e
- b) Redução do capital social para absorver prejuízos acumulados no montante de R\$54.901.588,62, passando o capital para R\$ 137.041.204,62, sem a modificação do quantitativo de ações.

O aporte de capital foi realizado no valor de R\$ 11.780.850,46, com data-base 31.12.2010, devidamente atualizado pela SELIC.

O valor constante na conta de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital refere-se a resíduos desse aporte, no período de 01.01.2011 até a data da realização da AGE, em 22.07.2011 e que está sendo atualizado mensalmente até que ocorra o próximo aumento de capital.

24. PROVISÕES JUDICIAIS

	<u>30.09.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Provisões para Riscos Cíveis	4.714	19.450
Provisões para Riscos Fiscais	1.598	1.562
Provisões judiciais trabalhistas – Governo Estado SP	1.463	2.985
Provisões judiciais trabalhistas – Terceiros	1.458	1.789
Provisões trabalhistas – CEAGESP	1.458	4.604
	<u>10.691</u>	<u>30.390</u>

As provisões são constituídas com base em dados da classificação jurídica face às perdas consideradas prováveis, em processos judiciais cíveis, fiscais e trabalhistas relevantes: a) a provisão para indenizações trabalhistas reduziu R\$ 4,999 milhões; b) provisões de riscos fiscais aumentaram R\$ 36 mil; c) provisão para riscos cíveis reduziu em R\$ 14,736 milhões. A variação relativa ao terceiro trimestre em relação ao segundo trimestre de 2021 foi de R\$ 19,699 milhões

DEMONSTRAÇÃO DA MOVIMENTAÇÃO DO PERÍODO

Natureza das ações	<u>31.12.2020</u>	<u>Provisões</u>	<u>Liquidação</u>	<u>30.09.2021</u>
Provisão para Riscos Cíveis	19.450	1.378	(16.114)	4.714
Provisão para Riscos Fiscais	1.562	910	(874)	1.598
Provisões judiciais trabalhistas – Governo Estado SP	2.985	41	(1.563)	1.463
Provisões judiciais trabalhistas – Terceiros	1.789	160	(490)	1.458
Provisões judiciais trabalhistas – CEAGESP	4.604	69	(3.216)	1.458
	<u>30.390</u>	<u>2.558</u>	<u>(22.257)</u>	<u>10.691</u>

A Companhia possui registrado no grupo de “CONTAS A RECEBER DO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO – LONGO PRAZO” (nota explicativa nº 11) o valor de R\$ 1,463 milhão que oportunamente será compensado na liquidação das ações judiciais e refere-se aos processos judiciais de licença prêmio, pensão e complementação de aposentadoria de ex-funcionários de responsabilidade do Governo do Estado de São Paulo. Esse valor, se consumada sua perda na esfera judicial, será passível de ressarcimento pelo Estado conforme observado em outros itens destas notas explicativas.

A Companhia possui o valor de R\$ 103,359 milhões com risco possível de perdas em processos judiciais cíveis, trabalhistas e tributários conforme classificação jurídica. A variação em relação a 31.12.2020 foi de R\$ 11,261 milhões devido à inclusão de novos processos e atualização dos valores e reclassificação.

25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

			<u>30.09.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
	Número de ações ordinárias	%	Capital	Capital
Governo Federal	34.294.143	99,68	136.607	136.607
Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB	108.858	0,31	433	433
Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo	22	0,01	1	1
	34.403.023	100,00	137.041	137.041

25.1. Capital Social e Composição Acionária

O capital social subscrito e integralmente realizado é composto por 34.403.023 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal em 30 de setembro de 2021.

A CEAGESP foi qualificada no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República – PPI e incluída no Programa Nacional de Desestatização – PND, conforme Decreto nº 10.045, de 4 de outubro de 2019, publicado em 7 de outubro de 2019, de acordo com a nota explicativa nº 35.

25.2. Reserva Especial

Conforme deliberação em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23 de março de 2018, o saldo da conta dividendos obrigatórios do exercício de 2015 foi reclassificado do passivo circulante para a conta de Reserva Especial no patrimônio líquido. O saldo é corrigido mensalmente pela taxa Selic, conforme § 4º do artigo 1º do Decreto nº 2.673, de 16 de julho de 1998. A transferência foi deliberada nas seguintes condições: a) a Reserva Especial não poderá ser absorvida por prejuízos de exercícios subsequentes; b) deverão incidir encargos financeiros equivalentes à taxa Selic e juros moratórios.

25.3. Ajuste de Avaliação Patrimonial

O saldo da reserva de reavaliação no período é de R\$ 15,248 milhões. Foram realizados R\$426 mil até 30 de setembro de 2021 e transferidos para a conta do exercício corrente. Esta reserva é resultado da reavaliação realizada no exercício de 1986 de todos os itens das contas de edificações localizados em Unidades operacionais ativas efetuada com base na Lei nº 6.404/76. A Companhia reavaliou os bens, facultado pela Deliberação CVM nº 27, de 5 de fevereiro de 1986.

25.4. Lucro do Exercício

O lucro no período foi de R\$ 28,552 milhões, considerando a realização da reserva de reavaliação de R\$ 427 mil, conforme nota explicativa nº 24.2, resultou no lucro acumulado do trimestre de R\$ 28,980 milhões.

26. RECEITAS, CUSTOS E DESPESAS

O lucro líquido do período até 30 de setembro de 2021 foi de R\$ 28,552 milhões, enquanto em 30 de setembro de 2020 houve prejuízo de R\$ 6,244 milhões. A variação apresentada foi positiva em R\$ 34,796 milhões, apesar das dificuldades enfrentadas na pandemia do Coronavírus e

corresponde aos seguintes fatores: **a)** aumento das receitas operacionais brutas no valor de R\$16,481 milhões, principalmente nos serviços prestados na armazenagem que variou R\$ 6,238 milhões relacionado ao índice de ocupação que se deve, em parte, ao trabalho de prospecção de clientes, vide nota explicativa nº 25.1; **b)** redução de R\$ 13,102 milhões de despesas financeiras, relacionadas à atualização das parcelas do IPTU de 2019 e 2020, conforme nota explicativa nº 25.5; **c)** redução de R\$ 6,479 milhões nos custos dos serviços prestados, provenientes principalmente das medidas de limpeza pós enchente realizadas em 2020 no ETSP, vide nota explicativa nº 25.2; **d)** diminuição em despesas gerais e administrativas, no valor de R\$ 18,023 milhões, com destaque para provisões que reduziram R\$ 18,068 milhões, nota explicativa nº 26.3.

26.1. Receita Operacional Líquida

	01.07.2021 a 30.09.2021	01.01.2021 a 30.09.2021	01.07.2020 a 30.09.2020	01.01.2020 a 30.09.2020
Serviços Prestados	36.155	112.848	32.238	97.526
Venda de Produtos	117	1.304	-	145
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	36.272	114.152	32.238	97.671
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA				
Impostos Incidentes sobre Serviços Prestados e Vendas	(5.200)	(16.874)	(5.083)	(16.113)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	31.072	97.278	27.155	81.558

	01.07.2021 a 30.09.2021	01.01.2021 a 30.09.2021	01.07.2020 a 30.09.2020	01.01.2020 a 30.09.2020
Permissão Remunerada de Uso	19.197	56.836	18.423	51.180
Serviços Prestados na Armazenagem	11.505	40.026	9.479	33.788
Autorização de Uso	2.918	9.065	2.194	6.913
Receitas Diversas	1.128	3.425	1.008	2.371
Concessão Remunerada de Uso	1.334	3.278	765	2.173
Venda de Produtos	82	721	-	145
Resíduos e Varreduras	36	583	-	-
Parcelamento	69	207	69	208
Taxa Administrativa	3	11	-	-
Reaparelhamento – Obras	-	-	300	893
	36.272	114.152	32.238	97.671

As receitas operacionais são provenientes da prestação de serviços na rede armazenadora e de entrepostos.

26.1.1. Permissão e Concessão Remunerada de Uso

Corresponde à cessão de áreas e instalações que possibilitam o desenvolvimento de atividades típicas de entrepostagem e atípicas precedidas de licitação. Houve aumento de Permissão

Remunerada de Uso de R\$ 5,656 milhões, enquanto na receita de Concessão Remunerada de Uso o aumento registrado foi de R\$ 1,105 milhão.

26.1.2. Serviços Prestados na Armazenagem

Os serviços prestados na rede armazenadora são: armazenagem, limpeza, secagem, expurgo, classificação vegetal, recepção, *ad-valorem*, embarque e serviços complementares. Houve aumento na prestação de serviços no valor estimado de R\$ 6,238 milhões em relação ao terceiro trimestre de 2021 em relação ao terceiro trimestre de 2020, e, uma diminuição de R\$ 3,535 milhões no terceiro trimestre em relação ao segundo trimestre de 2021, que está relacionado ao índice de ocupação que se deve, em parte, ao trabalho de prospecção de clientes, dentre eles, produtores, cerealistas, moinhos que armazenaram grande volume de grãos, e derivados, processamento de grãos, principalmente secagem e a permissão de áreas ociosas. Além disso, a safra de 2021 foi bastante satisfatória no terceiro trimestre, o que colaborou com os resultados obtidos. Produtos que são estocados nas Unidades armazenadoras: trigo, soja, milho, algodão, sorgo, açúcar e outros.

26.1.3. Autorização de Uso

Receita proveniente da disponibilização para uso provisório de áreas vagas dos entrepostos a concessionários, permissionários, produtores rurais e pessoas físicas com a finalidade de comercialização, desenvolvimento de atividades típicas ou atípicas. A variação em relação ao 3º trimestre de 2020 foi um aumento de R\$ 2,152 milhões. Na comparação entre o segundo e o terceiro trimestres de 2021 a variação de R\$ 236 mil foi menor.

26.1.4. Receitas Diversas

Correspondem às taxas de emissão de crachá, cadastro, liberação de carrinho, retorno de atividade, pedido de transferência, autorizações de uso, atribuição, pedido de alteração cadastral, autorizações de débito, autorizações provisórias, diárias, multas operacionais e pesagem avulsa. O aumento registrado foi de R\$ 1,054 milhão em relação ao 3º trimestre de 2020 relacionado às taxas de alteração cadastral, enquanto no terceiro trimestre a variação menor foi de R\$ 23 mil em relação ao segundo trimestre de 2021.

26.1.5. Venda de Produtos

Consiste na venda de resíduos e varreduras de produtos armazenados. Houve aumento de R\$576 mil em relação ao terceiro trimestre de 2020. Em 2021 houve aumento de R\$ 22 mil em relação ao segundo trimestre de 2021.

26.2. Custos dos Serviços Prestados e Produtos Vendidos

	01.07.2021	01.01.2021	01.07.2020	01.01.2020
	a	a	a	a
	30.09.2021	30.09.2021	30.09.2020	30.09.2020
Pessoal e Honorários	(7.661)	(19.524)	(3.835)	(13.937)
Serviços de Terceiros	(7.681)	(11.765)	(2.534)	(7.624)
Materiais de Consumo	(2.499)	(5.111)	(459)	(1.934)
Depreciações e Amortizações	(1.644)	(4.942)	(1.653)	(5.033)
Utilidades e Serviços	(838)	(2.345)	(661)	(1.604)
Manutenção e Reparos	(571)	(1.109)	(41)	(246)
Propaganda e Publicidade	(3)	(12)	-	(1)
Gastos Diversos	1.773	2.630	153	(3.114)
Provisão	-	-	(2.206)	(2.206)
	(19.124)	(42.178)	(11.236)	(35.699)

26.2.1. Custos com Pessoal e Honorários

Contemplam os honorários, remunerações, encargos sociais, benefícios, outros encargos com pessoal e a conta de recuperação de custos com pessoal. O aumento nesta nomenclatura foi de R\$ 5,586 milhões, cerca de 40% em relação ao 3º trimestre de 2020: **a)** a recuperação de custos com pessoal, conta redutora que registra o rateio desses custos aos clientes da rede de entrepostagem, variou negativamente em R\$ 6,967 milhões, ou 125%; **b)** os encargos sociais aumentaram R\$ 1,390 milhão, cerca de 25%, levando em consideração as rescisões ocorridas em 2020 que elevaram consideravelmente os valores de FGTS; **c)** em custos com outros encargos, o aviso prévio e indenizações aumentaram R\$ 498 mil; **d)** as remunerações reduziram R\$ 2,758 milhões, aproximadamente 49%. Houve aumento na variação do terceiro trimestre em relação ao segundo trimestre de 2021 de R\$ 2,276 milhões.

26.2.2. Custos com Serviços de Terceiros

Foi registrado nesta rubrica um aumento de R\$ 4,141 milhões, cerca de 54% de variação em relação ao terceiro trimestre de 2020: **a)** serviços de vigilância e segurança, limpeza, portaria, estágio, mão de obra aplicada nas Unidades armazenadoras tiveram redução de R\$ 12,750 milhões, cerca de 24% de variação em relação ao terceiro trimestre de 2020. A principal variação é decorrente das medidas pós enchente, que ocorreu no dia 10 de fevereiro de 2020 no município de São Paulo. Foram disponibilizados no ETSP equipes de limpeza para lavagem e caminhões de coleta para recolhimento de dejetos e esvaziamento de caçambas, com a finalidade de retirar das vias todo lixo acumulado e mercadorias impróprias para consumo. O valor total de serviços de limpeza até o 3º trimestre de 2020 foi de R\$ 21,781 milhões e em 2021 foi de R\$ 11,731 milhões, uma redução de R\$ 10,050 milhões, cerca de 46% de variação a menor, em conformidade com os intensos trabalhos desta nova Diretoria Administrativa que reduziu gastos através da redução do valor dos contratos. A variação relativa ao terceiro trimestre foi de R\$ 5,762 milhões em relação ao segundo trimestre de 2021; **b)** locação de móveis, equipamentos e veículos teve aumento de R\$ 69 mil, com uma variação de 20% em relação ao terceiro trimestre de 2020; os honorários profissionais tiveram um aumento de R\$ 6,064 milhões, 99% desse valor refere-se a adesão ao Programa de Parcelamento Incentivado/PMSP – PPI (nota explicativa nº 19.1) não houve lançamentos nessa conta no trimestre de 2020; **c)** as recuperações tiveram uma redução de R\$ 10,758 milhões, cerca de 19% de variação em relação ao terceiro trimestre de 2020

26.2.3. Custos com Materiais de Consumo

Correspondem aos materiais aplicados direta e indiretamente na prestação de serviços da CEAGESP. Houve aumento em relação ao terceiro trimestre de 2020, no valor de R\$ 3,177 milhões, ou 164%: **a)** aumento nos custos com mercadorias vendidas de R\$ 524 mil, o equivalente a 829%; **b)** houve aumento com materiais para expurgo e secagem de R\$ 283 mil, cerca de 123%. **c)** houve aumento nas contas de energia e água e esgoto de R\$ 2,819 milhões e de R\$ 290 mil respectivamente, cerca de 15% e 4%; **d)** houve aumento de R\$ 1,198 milhão nas recuperações, equivalente a 39%, R\$ 656 mil com recuperação dos custos com energia; **e)** houve redução de R\$136 mil com materiais de consumo, cerca de 34%; **f)** aumento com materiais para manutenção e reparos de R\$ 544 mil, equivalente a 202%. A variação relativa ao terceiro trimestre em relação ao segundo trimestre de 2021 foi aumento de R\$ 1,206 milhões.

26.2.4. Custos com Utilidades e Serviços

São registrados os custos com seguros de bens próprios, de riscos diversos, de mercadorias, custo com telefone, fretes, condução, malotes, dentre outros. O aumento total foi de R\$ 740 mil,

aproximadamente 46%, dos quais, R\$ 707 mil, registrada no custo com seguros em virtude de novos contratos. A variação relativa ao terceiro trimestre em relação ao segundo trimestre de 2021 foi de R\$ 99 mil.

26.2.5. Custos com Manutenção e Reparos

Foi registrado um acréscimo de 351% ou R\$ 863 mil, no comparativo entre os trimestres, principalmente em manutenções elétricas e manutenções civil. A variação relativa ao terceiro trimestre em relação ao segundo trimestre de 2021 foi de R\$ 203 mil.

26.2.6. Gastos Diversos

Neste grupo são registrados os custos com IPTU e taxas, viagens, legais e judiciais, contribuições para associação de classe e outros custos gerais. Ocorreu aumento de R\$ 5,867 milhões na conta de (-) recuperação de custo com impostos e taxas, 39% em relação ao mesmo período de 2020. O aumento relativo ao terceiro trimestre em relação ao segundo trimestre de 2021 foi de R\$ 1,073 milhão.

26.3. Despesas Gerais e Administrativas

	01.07.2021	01.01.2021	01.07.2020	01.01.2020
	a	a	a	a
	30.09.2021	30.09.2021	30.09.2020	30.09.2020
Pessoal e Encargos	(8.935)	(27.382)	(8.783)	(27.093)
Serviços de Terceiros	(812)	(3.562)	(1.492)	(4.197)
Despesas Gerais	(588)	(2.987)	(1.089)	(2.538)
Materiais de Consumo	(267)	(748)	(121)	(720)
Depreciações e Amortizações	(124)	(344)	(131)	(428)
Utilidades e Serviços	(78)	(302)	(50)	(195)
Manutenção e Reparos	(44)	(257)	(211)	(366)
Provisão/Reversão de Provisões Judiciais	(465)	11.655	(1.830)	(6.413)
	(11.313)	(23.927)	(13.707)	(41.950)

26.3.1. Despesas com Pessoal e Encargos

Contemplam as contas de remunerações, encargos sociais, benefícios e outros encargos com pessoal. O aumento nesta nomenclatura foi de R\$ 289 mil e, em percentuais, 1% em relação ao terceiro trimestre de 2020: a) as remunerações diminuíram em R\$ 1,137 milhão, ou 7%; b) os encargos sociais aumentaram R\$ 1,226 milhão, ou 22%, tendo em vista as rescisões ocorridas em 2020 que alavancaram os valores de FGTS; c) em despesas com outros encargos, o acréscimo total foi de R\$ 425 mil, com indenizações trabalhistas e aviso prévio que aumentaram aproximadamente 48%. Houve redução na variação relativa ao terceiro trimestre de R\$ 248 mil em relação ao segundo trimestre de 2021.

26.3.2. Despesas com Serviços de Terceiros

Neste grupo são registrados os serviços de limpeza, processamento de dados, locação de móveis e equipamentos, estágio e demais serviços de terceiros. Houve, em relação a 2020, diminuição de quinze por cento, ou R\$ 634 mil. As principais variações ocorreram em serviços de

limpeza, terceiros e processamento de dados no valor de R\$ 613 mil, e, aumento com auxílio transporte estagiário no valor de R\$ 35 mil. A variação negativa relativa ao terceiro trimestre em relação ao segundo trimestre de 2021 foi de R\$ 545 mil.

26.3.3. Despesas Gerais

Grupo em que são registradas as despesas com viagens, IPTU, taxas, contribuições de classe e outras. Houve aumento de R\$ 449 mil e, em percentuais, 18% em relação ao terceiro trimestre de 2020: a) despesas legais e judiciais registraram aumento de R\$ 602 mil, ou 45%; b) as despesas com taxas e emolumentos aumentaram R\$ 17 mil, cerca de 48%; c) a despesa com viagens e estadas registrou diminuição de R\$ 46 mil, 39%; d) houve aumento das recuperações em R\$ 114 mil, cerca de 288%. A variação relativa ao terceiro trimestre em relação ao segundo trimestre de 2021 foi de R\$ 1,417 milhão negativa.

26.3.4. Despesas com Materiais de Consumo

Contemplam as despesas com energia elétrica, água e esgoto, consumo, materiais de escritório, limpeza e higiene, informática, combustíveis, ferramentas, materiais para manutenção. O aumento total foi de R\$ 29 mil, principalmente em materiais de aplicação indireta de higiene, limpeza e consumo. A variação relativa ao terceiro trimestre em relação ao segundo trimestre de 2021 foi de R\$ 3 mil.

26.3.5. Despesas com Utilidades e Serviços

São despesas com condução, telefone, fretes, seguros, anúncios e publicações, dentre outros. A aumento total foi de R\$ 107 mil e em percentagem 55%. A principal variação ocorreu em seguro de riscos diversos. A variação relativa ao terceiro trimestre em relação ao segundo trimestre de 2021 foi de R\$ 63 mil.

26.3.6. Despesas com Manutenção e Reparos

São registradas as manutenções elétricas, mecânicas, civis, veiculares, conserto de máquinas/móveis para escritório/equipamento de informática. A diminuição foi de 30%, ou R\$ 110 mil. A principal variação foi registrada em conserto de máquinas/móveis para escritório/equipamento de informática em R\$ 126 mil. A variação negativa relativa ao terceiro trimestre em relação ao segundo trimestre de 2021 foi de R\$ 138 mil.

26.3.7. Provisão/Reversão de Provisões Judiciais

São registradas as despesas com PECLD, indenizações trabalhistas, riscos fiscais e riscos cíveis. Houve redução de R\$ 18,068 milhões em relação ao terceiro trimestre de 2020: a) PECLD – a conta de despesa com perdas aumentou R\$ 5,661 milhões; b) a despesa com provisão para indenizações trabalhistas reduziu R\$ 4,887 milhões; c) a despesa com provisões de riscos fiscais reduziu R\$ 1,266 milhão; d) a despesa com provisão para riscos cíveis reduziu em R\$ 17,575 milhões. A variação relativa ao terceiro trimestre em relação ao segundo trimestre de 2021 foi de R\$ 15,743 milhões.

26.4. Outras Receitas Operacionais

	01.07.2021	01.01.2021	01.07.2020	01.01.2020
	a	a	a	a
	30.09.2021	30.09.2021	30.09.2020	30.09.2020
Eventuais	(398)	299	94	497
Alienação do Imobilizado	-	40	(44)	57
Dividendos recebidos	-	-	-	472
	(398)	339	50	1.026

26.4.1. Eventuais

Correspondem às multas operacionais e outras. Houve redução de R\$ 198 mil, ou 40% em relação ao terceiro trimestre de 2020: **a)** as multas operacionais reduziram R\$ 621 mil, cerca de 161%, considerando principalmente o abatimento de repactuação contratual deliberado em reunião de diretoria conforme ata nº 28/2021 em 02 de julho de 2021, no valor de R\$ 755 mil, de acordo com o disposto pelo Departamento de Entropostagem e com fundamento no parecer Jurídico; **b)** outras receitas aumentaram R\$ 280 mil, ou 250%; **c)** as doações de bens e as vendas de sucatas aumentaram R\$ 84 mil e R\$ 59 mil, respectivamente. Não houve movimentação para estas contas em no terceiro trimestre de 2020. A variação relativa ao terceiro trimestre em relação ao segundo trimestre de 2021 foi a redução de R\$ 923 mil.

26.5. Despesas Financeiras

	01.07.2021 a	01.01.2021 a	01.07.2020 a	01.01.2020 a
	30.09.2021	30.09.2021	30.09.2020	30.09.2020
Juros sobre Outros Encargos	(4.273)	(5.301)	(358)	(1.034)
Multas Dedutíveis e Indedutíveis	(4.064)	(4.081)	(33)	(89)
Outros Encargos Financeiros	(237)	(257)	-	(2)
Comissões e Despesas Bancárias	(10)	(46)	(61)	(241)
Juros Financeiros e Empréstimos	-	(25)	(149)	(242)
Descontos Concedidos	(3)	(3)	-	-
Imposto sobre Operação Financeira – IOF	-	-	-	(45)
Atualização Monetária	18.379	9.691	(2.503)	(11.471)
	9.792	(22)	(3.104)	(13.124)

26.5.1. Atualização Monetária

São registradas as atualizações de PPI, Refis, adiantamento para futuro aumento de capital, reserva especial, parcelamento da taxa de lixo e IPTU a recolher. Foi registrada redução de R\$21,162 milhões decorrente da reversão de atualização das parcelas de IPTU a recolher do exercício de 2020 e IPTU complementar do ETSP referente a adesão ao Programa de Parcelamento Incentivado/PMSP – PPI no valor total de R\$ 23,720 milhões, e, atualização no momento da adesão ao PPI de R\$ 3,750 milhões. Bem como, Refis e Reserva especial, vide nota explicativa nº 19.1. A variação relativa ao terceiro trimestre em relação ao segundo trimestre de 2021 foi redução de R\$24,373 milhões.

26.5.2. Juros Financeiros e Empréstimos, Comissões e Despesas Bancárias e IOF

Os encargos financeiros foram calculados por dias úteis e debitados na conta vinculada do empréstimo no vencimento e na liquidação da dívida e foram pagos integralmente.

26.6. Receitas Financeiras

	01.07.2021 a	01.01.2021 a	01.07.2020 a	01.01.2020 a
	30.09.2021	30.09.2021	30.09.2020	30.09.2020
Juros Recebidos	544	1.726	614	2.485
Receita sobre Aplicações Financeiras	309	539	-	-
Descontos Obtidos	-	170	2	10
Multas	13	70	21	114
	866	2.505	637	2.609



26.6.1. Juros Recebidos e Multas

Receitas provenientes de encargos financeiros de boletos recebidos em atraso. Houve redução de R\$ 803 mil em comparação ao terceiro trimestre de 2020. A variação relativa ao terceiro trimestre em relação ao segundo trimestre de 2021 foi aumento de R\$ 79 mil.

26.6.2. Receita sobre Aplicações Financeiras

Refere-se aos rendimentos provenientes das aplicações no Banco do Brasil, conforme mencionado na nota explicativa nº 4.1.

26.6.3. Descontos Obtidos

Receitas obtidas principalmente na antecipação de pagamentos de IPTU. Houve aumento de R\$ 160 mil em relação ao terceiro trimestre de 2020. A variação relativa ao terceiro trimestre de 2021 em relação ao segundo trimestre de 2021 foi de R\$ 19 mil negativo.

27. EBITDA

	30.09.2021	30.09.2020
Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro	33.112	(6.244)
(-) Receita Financeira	(2.505)	(2.609)
(+) Despesa Financeira	22	13.124
(+) Depreciações e Amortizações	5.286	5.461
	35.915	9.732

No terceiro trimestre de 2021, a CEAGESP apresentou EBITDA positivo de R\$ 35,915 milhões. Na comparação com o mesmo período de 2020 houve crescimento de R\$ 26,183 milhões, e em termos percentuais, 269%.

28. REMUNERAÇÃO PAGA A ADMINISTRADORES

Os gastos relacionados à remuneração dos membros da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria, até os terceiros trimestres de 2020 e 2021 registrados na rubrica "Encargos Trabalhistas", foi de R\$ 1,008 milhão e R\$ 895 mil, conforme demonstrado abaixo:

	30.09.2021	30.09.2020
	Remuneração	Remuneração
	R\$	R\$
Conselho de Administração	134	132
Conselho Fiscal	84	91
Comitê de Auditoria	56	91
Diretoria Executiva	734	582
Total	1.008	895



O total mensal de membros remunerados nos períodos está demonstrado a seguir:

	Membros remunerados em 2021
	Terceiro Trimestre
Conselho de Administração	6
Conselho Fiscal	4
Comitê de Auditoria	3
Diretoria Executiva	3
Total	16

29. INTEGRAÇÃO DO BALANÇO CEAGESP AO DA UNIÃO – BGU

O reconhecimento do patrimônio da CEAGESP é registrado no Balanço Geral da União – BGU, pelo valor dos investimentos da União.

30. SEGURO

Em 6 de setembro de 2021, a Companhia firmou contrato de prestação de serviços de seguros relativos a riscos nomeados, operacionais e responsabilidade civil geral com vigência até 06 de setembro de 2022.

A Companhia mantém contrato de cobertura de seguro de vida em grupo dos funcionários, compulsório, facultativo e contributário com vigência até o dia 08 de maio de 2022.

31. RESPONSABILIDADES SOBRE DEPÓSITOS EM GARANTIAS

As mercadorias depositadas nos armazéns gerais podem ser negociadas através de títulos de crédito (*Warrant* e Conhecimento de Depósito) representativos destas, de acordo com o previsto no Decreto nº 1.102, de 21 de novembro de 1.903.

32. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido são calculados com base nas alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo 15% para o Imposto de Renda, 10% de adicional federal e 9% para a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. A composição da base de cálculo e dos saldos desses tributos é a seguinte:



	30.09.2021		30.09.2020	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro	33.112	33.112	(6.244)	(6.244)
(+) Adições	394.024	392.574	349.051	347.524
Despesas Indedutíveis - Operacional				
Avaliações do Imobilizado	427	427	427	427
Multas Indedutíveis	3	3	27	27
Licença Maternidade – Prorrogação	37	37	81	81
Contribuição Associação de Classe - Indedutível	237	237	234	234
Provisões	391.273	391.273	346.755	346.755
Depreciação - Diferença entre as depreciações contábil e fiscal - alienação ou baixa de ativo	597	597	-	-
Encargos de Deprec., Amortização, Exaustão e Baixa de Bens - Diferença CM IPC/BTNF (Lei nº 8.200/91 Art.3).	1.450	-	1.527	-
(-) Exclusões	(406.835)	(406.835)	(343.428)	(343.428)
(-) Reversão de Provisões	(402.945)	(402.945)	(339.433)	(339.433)
(-) Depreciação - Diferença entre as depreciações contábil e fiscal	(3.890)	(3.890)	(3.523)	(3.523)
(-) Dividendos Recebidos	-	-	(472)	(472)
Base de Cálculo	20.301	18.852	(621)	(2.148)
Compensação da Base Negativa	(6.090)	(5.655)	-	-
Base de Cálculo do Período	14.211	13.196	(621)	(2.148)
Imposto de Renda e Contribuição Social Adicional Federal	1.279	1.979	(56)	(322)
Total	1.279	3.281	(56)	(322)
Alíquota Efetiva	3,86%	9,91%	0,00%	0,00%

A Companhia possui saldos de prejuízos fiscais acumulados de R\$ 441,622 milhões e base negativa de contribuição social de R\$ 365,160 milhões. Esses valores não possuem prazo prescricional e são utilizados para compensação no limite legal de 30% do lucro tributável. Considerando os níveis históricos e projeções de lucros tributáveis, a Companhia não registra contabilmente os créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos.

33. PARTES RELACIONADAS

A CEAGESP possui Política de Transações com Partes Relacionadas, aprovada pelo Conselho de Administração em Reunião Ordinária nº 12/2019, realizada no dia 29 de novembro de 2019.



**Companhia de Entrepósitos e
Armazéns Gerais de São Paulo**

Av. Dr. Gastão Vidigal, 1946
05316-900 - Vila Leopoldina - São Paulo - SP
Telefone: (11) 3643 3700
ceagesp@ceagesp.gov.br - www.ceagesp.gov.br

As partes relacionadas referem-se aos acionistas, controladores ou não controladores, conforme nota explicativa nº 23.

33.1. Entidade Controladora

A CEAGESP é constituída sob a forma de empresa pública e está vinculada ao Ministério da Economia, com 99,68% do capital social integralizado pela União, como se pode observar na nota explicativa nº 23.

33.2. Funcionários Cedidos da CEAGESP para Outros Órgãos

A Companhia possui contratos de cessão de empregados com entidades ligadas a União e ao Governo do Estado de São Paulo, registrados na rubrica “(-) RECUPERAÇÃO DA DESPESA COM REMUNERAÇÕES”, no grupo do Resultado em Despesas Gerais Administrativas, sendo que os gastos são integralmente repassados e reembolsados monetariamente. Em 30 de setembro de 2021, o total de depósitos recebidos referente a funcionários cedidos pela CEAGESP a outras entidades somaram R\$ 586 mil (R\$ 272 mil até setembro de 2020).

A composição dos valores pendentes de recebimento referente a funcionários cedidos está demonstrada a seguir:

	<u>30.09.2021</u>	<u>30.09.2020</u>
Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS	55	-
Controladoria Geral da União – CGU	49	-
Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S/A. – EMTU	14	-
Ministério da Economia	55	-
	<u>173</u>	<u>-</u>

33.3. Funcionários Cedidos de Outros Órgãos para a CEAGESP

Até o segundo trimestre de 2021 a Companhia manteve através de ofício de cessão de empregados com entidades ligadas a União, registrados na rubrica “HONORÁRIOS DA DIRETORIA”, no grupo Honorários, Ordenados e Proc. Judiciais no Passivo Circulante, sendo que os gastos foram integralmente repassados e reembolsados monetariamente. A partir de então não houve movimentação nesta conta até 30 de setembro de 2021. Em 2020 não houve lançamentos.

Não há saldo de valores pendentes de pagamento referente a funcionários cedidos.

34. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

No período compreendido entre 31 de dezembro de 2020 e 30 de setembro de 2021, não ocorreram quaisquer operações no mercado de derivativos.

Os principais instrumentos financeiros, de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, estão reconhecidos nas seguintes rubricas (apresentados em notas explicativas destas demonstrações contábeis):

- a) Caixa e equivalentes de caixa;
- b) Contas a receber;
- c) Causas judiciais trabalhistas;
- d) Fornecedores;
- e) Obrigações fiscais a recolher; e
- f) Risco de liquidez.

34.1 Gestão de Riscos

A Companhia possui exposição para riscos de créditos resultantes de instrumentos financeiros, que consiste no risco da Companhia incorrer em perdas em razão de um cliente ou uma contraparte do instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais.

O risco é basicamente proveniente de: Contas a receber de clientes; Causas judiciais trabalhistas e Risco de liquidez. As causas judiciais trabalhistas referem-se: **a)** passivos trabalhistas de ações de licença prêmio, pensão, corrida de faixa e complementação de aposentadoria de ex-funcionários (vide nota explicativa nº 10); **b)** ações de funcionários de empresas prestadoras de serviços terceirizados nas quais a Companhia possui responsabilidade subsidiária; e **c)** ações trabalhistas de diversas matérias de funcionários e ex-funcionários da CEAGESP.

34.1.1. Risco de liquidez

Os índices de liquidez medem a capacidade de pagamento da empresa. Demonstram o risco da Companhia de não conseguir obter recursos suficientes para cumprir com as obrigações relacionadas a seus passivos financeiros.

34.1.1.1. Índice de liquidez corrente

A comparação entre os direitos realizáveis e as exigibilidades de curto prazo, aponta um índice de liquidez corrente de 1,43 em 30 de setembro de 2021 e de 0,59 em 31 de dezembro de 2020.

34.1.1.2. Índice de liquidez geral

Considera os direitos e as obrigações de curto e longo prazo. Em 30 de setembro de 2021 a Companhia apresentou índice de liquidez geral de 0,99 enquanto que em 31 de dezembro de 2020 registrou índice de 0,73.

34.1.1.3. Índice de liquidez seca

Similar à liquidez corrente, a liquidez seca não considera o saldo de estoques da Companhia. O índice calculado em 30 de setembro de 2021 foi de 1,41 enquanto em 31 de dezembro de 2020 foi de 0,59.

35. EVENTOS SUBSEQUENTES

No período compreendido entre a data final destas demonstrações contábeis intermediárias e a data de sua aprovação não ocorreram eventos subsequentes.

36. INCLUSÃO DA CEAGESP NO PND

A CEAGESP foi qualificada no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República – PPI e incluída no Programa Nacional de Desestatização – PND,

conforme Decreto nº 10.045 de 4 de outubro de 2019, publicado em 7 de outubro de 2019.

O Banco Nacional de Desenvolvimento – BNDES ficou designado como responsável pela execução e acompanhamento dos atos necessários à desestatização da CEAGESP, nos termos do § 1º do art. 6º da Lei Federal nº 9.491, de 9 de setembro de 1997.

O FND é administrado pelo BNDES, designado Gestor do Fundo.

Em virtude da inclusão da CEAGESP no PND e em atendimento ao art. 10 da Lei Federal nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, foi realizado o registro de bloqueio das ações de propriedade da União em livro de escrituração e posterior registro no FND, dentro do prazo legal de cinco dias contados da data da publicação do Decreto nº 10.045.

37. IMPACTOS DA PANDEMIA DE COVID-19

Houve a substituição temporária dos índices de correção dos contratos de IGP-M para IPCA, conforme autorização da Diretoria por motivo de força maior decorrente de situação de emergência em saúde pública, causada pela pandemia do novo Coronavírus (Covid-19), e, o aumento desproporcional do índice de reajuste anual que serve de base para as autorizações, concessões e permissões de uso celebrados pelos Departamentos de Entrepósitos da Capital e do Interior e pelo Departamento de Armazenagem enquanto durar os efeitos da pandemia da Covid-19.

A substituição, mesmo que temporária, produzirá efeitos de redução dos valores mensais de contratos em aproximadamente R\$ 1,6 milhão e provocará efeitos sobre as Receitas Operacionais Brutas, o Lucro Líquido do Exercício, os Fluxos de Caixa, Orçamento, e, nos indicadores financeiros.

Volume comercializado estável no 3º trimestre de 2021

O Entrepósito Terminal de São Paulo da CEAGESP registrou leve retração de 0,61% no volume comercializado em comparação ao segundo trimestre de 2021, indicando estabilidade quando comparado com igual período de 2020. Apesar de registrar retração na comercialização no ano passado, o maior entreposto da América Latina segue apresentando resultados consistentes, atingindo, na somatória dos três trimestres (janeiro a setembro) aumento de 2,5% em relação ao nonamestre (janeiro/setembro) de 2020. Ou seja, mesmo com a leve retração apresentada no 3º trimestre, não impediu o crescimento no volume físico comercializado em comparação ao ano passado.

Em setembro de 2021 foram comercializadas 247.250,31 toneladas de produtos ante 253.459,86 negociadas no mês anterior, apresentando um decréscimo de 2,45%.

Em comparação a setembro do ano passado, quando foram comercializadas 261.004,17, nota-se um decréscimo de 5,3%. Já para o mês de agosto de 2021 nota-se um acréscimo de 5,0 % em relação ao mesmo mês do ano anterior, onde foram comercializadas 241.279,29 toneladas. No acumulado do terceiro trimestre deste ano, temos o volume de 756.273,85 toneladas relativamente igual ao total comercializado no mesmo período para o ano de 2020, que alcançou o quantitativo de 760.941,09 toneladas, indicando estabilidade para o período.

Quando comparamos os dados de comercialização deste ano com mesmo período de 2020 temos que considerar que estamos analisando períodos bem parecidos, pois trata-se da influência



**Companhia de Entrepostos e
Armazéns Gerais de São Paulo**

Av. Dr. Gastão Vidigal, 1946
05316-900 - Vila Leopoldina - São Paulo - SP
Telefone: (11) 3643 3700
ceagesp@ceagesp.gov.br - www.ceagesp.gov.br

direta dos efeitos da pandemia na economia, em maior grau nos meses do início de 2020 em relação a 2021.

Já a leve retração para o trimestre, em relação ao mesmo período de 2020, ainda sente os impactos da geada e posterior estiagem na qual algumas culturas sofreram, por serem de ciclo curto, a tendência é que se normalizem no próximo período. Com a retomada das atividades outrora restritas pela pandemia, e possibilidade da estabilização da economia e consequente aumento do consumo, a tendência é que os resultados de comercialização sejam satisfatórios.

Índice de Preços

O índice de preços da CEAGESP encerra o mês de setembro com queda de 6,17% em relação ao mês de agosto. No acumulado do ano, está em 3,0%.

O setor de legumes, segue em alta no acumulado do ano com 47,47%, ao passo que o setor de frutas e diversos acumulam queda de 9,56% e 14,50% respectivamente para o mesmo período.

Em setembro, o setor de frutas teve alta de 7,40%. O setor de legumes apresentou uma queda de 5,13%. O setor de diversos fechou o mês com estabilidade, e índice geral de menos 0,35%.

A geada e estiagem ainda refletem nas altas do mês de setembro, com maior influência para o setor de frutas. O setor de verduras foi o que apresentou maior baixa em relação ao mês anterior. Para o setor de diversos nota-se uma queda com relação a agosto.

Tendência

Para o próximo mês, com o início das chuvas, espera-se uma normalização dos efeitos provocados pela estiagem, apesar de ainda com tendências de temperaturas acima da média para o período, o que poderá afetar algumas culturas mais sensíveis. O mercado permanece bem abastecido, de acordo com a demanda. A atuação dos agentes da cadeia produtiva do setor de hortifrutícolas, seguem trabalhando com firmeza para possibilitar que o alimento fresco chegue à mesa do consumidor. A CEAGESP mantém sua missão, juntamente com seus permissionários, de prover o abastecimento de alimentos frescos de qualidade, ligando o produtor ao consumidor, sempre buscando maior eficiência e melhores preços.

O volume financeiro comercializado no trimestre atingiu R\$ 2,24 bilhões, aumento de 9,5% em relação ao segundo trimestre de 2020 quando chegou a R\$ 2,05 bilhões. No mês de setembro de 2021 foram movimentados R\$ 791,3 milhões, aumento de 12% em relação a setembro de 2020, quando atingiu R\$ 707,3 milhões. Mesmo com as restrições impostas pelo combate à pandemia, a comercialização no Entrepósito Terminal de São Paulo da CEAGESP segue com bom desempenho.



**Companhia de Entrepósitos e
Armazéns Gerais de São Paulo**

Av. Dr. Gastão Vidigal, 1946
05316-900 - Vila Leopoldina - São Paulo - SP
Telefone: (11) 3643 3700
ceagesp@ceagesp.gov.br - www.ceagesp.gov.br

38. DIRIGENTES E CONTADOR

Ricardo Augusto Nascimento de Mello Araujo
Diretor Presidente

Glauco Tsuneimatu
Diretor Administrativo e Financeiro

Antonio Ferreira Pinto
Diretor Técnico e Operacional

Eliane Mayumi Tane
**Gerente do Departamento Financeiro e
Contábil**

Paulo Rogério Pereira da Silva
Contador CRC1SP 236593/O-4



Russell Bedford

taking you further

COMPANHIA DE ENTREPÓSITOS E ARMAZENS GERAIS DE SÃO PAULO – CEAGESP

Relatório de revisão das informações contábeis
intermediárias

Referente ao 3º trimestre do exercício de 2021.



Aponte a câmera de seu celular para a imagem acima e preencha nossa pesquisa de satisfação. Caso não compatível, obtenha um leitor de *QR Code* para acessar o conteúdo da imagem



Russell Bedford

taking you further

RELATÓRIO DE REVISÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

À

**Administração e aos Conselheiros da
COMPANHIA DE ENTREPÓS E ARMAZÉNS GERAIS DE SÃO PAULO –
CEAGESP
São Paulo – SP**

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da **COMPANHIA DE ENTREPÓS E ARMAZÉNS GERAIS DE SÃO PAULO – CEAGESP** referente ao período findo em 30 de setembro de 2021, que compreendem o balanço patrimonial, em 30 de setembro de 2021, as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, para o período de três e nove meses e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com a NBC TG 21(R4) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade). A revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve acreditar que as informações contábeis intermediárias acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 (R4) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais (ITR).



Russell Bedford

taking you further

Ênfases

Reembolso a Receber do Governo do Estado de São Paulo

Em 2 de janeiro de 1998 ocorreu a transferência das ações da Companhia para a União, até então de propriedade do Estado de São Paulo, através do contrato de Assunção da Dívida firmado ao amparo da Lei Federal nº 9.496, de 11 de setembro de 1997. Conforme Nota Explicativa nº 10, a CEAGESP desembolsou valores referentes às ações de licença prêmio, pensão e complementação de aposentadoria de ex-funcionários, em 30 de setembro no montante de R\$ 32.867 mil (R\$ 30.640 mil em 31 de dezembro de 2020). Como também na Nota Explicativa nº 11, a CEAGESP teve reembolso de valores referentes a processos encerrados e em andamento, em 30 de setembro no montante de R\$ 6.402 mil (R\$ 7.923 mil em 31 de dezembro de 2020). O Governo do Estado de São Paulo é responsável pelo reembolso destes valores, de acordo com o Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Promessa de Venda e Compra de Ações do Capital Social da CEAGESP, estabelecido pelo artigo 8º da Lei Estadual nº 8.794, de 19 de abril de 1994 (“Complementações”), porém desde 2019 não há o cumprimento das disposições contratuais. A CEAGESP ingressou com ação judicial para que seja declarada a obrigação do Governo do Estado de São Paulo, em cumprir os termos estabelecidos nos instrumentos contratuais firmados pelas partes. Até a presente data o processo está em trâmite perante a 1ª Vara Cível da Justiça Federal. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Programa nacional de desestatização

Conforme Notas Explicativas nº 35, a Companhia foi incluída no Programa Nacional de Desestatização - PND, conforme Decreto nº 10.045 de 4 de outubro de 2019, publicado em 7 de outubro de 2019 e em virtude da inclusão e em atendimento ao art. 10 da Lei Federal nº 9.491 de 9 de setembro de 1997, foi realizado o registro de bloqueio das ações de propriedade da União em livro de escrituração e posterior registro no FND, dentro do prazo legal de cinco dias contados da data da publicação do Decreto nº 10.045. Com a inclusão no PND, a estruturação da modelagem está a cargo do BNDES. Nessa linha, após a realização de pregão eletrônico (nº 01/2020) em janeiro de 2020, o BNDES realizou a contratação de consultoria especializada para o desenvolvimento dos estudos relativos à estruturação e implementação da desestatização da CEAGESP. Até a presente data a situação atual do projeto no site <https://www.ppi.gov.br/desestatizacao-da-ceagesp> oficial consta “estudos em andamento”. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Valores correspondentes

As informações contábeis intermediárias da Companhia para o trimestre findo em 30 de setembro de 2020 apresentadas para fins de comparabilidade, foram examinadas por outros auditores, que emitiram relatório de auditoria sem modificação, com data de 13 de novembro de 2020 e as demonstrações contábeis da Companhia para o período findo em 31 de dezembro de 2020, também foram auditadas por outros auditores que emitiram relatório em 3 de março de 2021 com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

Demonstração do Valor Adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 19 de novembro de 2021.

RUSSELL BEDFORD GM
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
2 CRC RS 5.460/O-0 "T" SP

Roger Maciel de Oliveira
Contador 1 CRC RS 71.505/O-3 "T" SP
Sócio Responsável Técnico